

A experiência de parir: Costuras entre parto, sexualidade(s) e espontaneidade

Paula Dalla Costa Siqueira^{1*} , Oriana Holsbach Hadler² , Amanda Khalil Suleiman Zucco³ 

RESUMO

A partir de uma análise socionômica, analisamos o parto como dispositivo histórico-social constituído por múltiplos discursos. Este estudo refletiu sobre as relações entre parto, sexualidade(s) e espontaneidade, compreendendo o parto como experiência espontâneo-criadora inserida nas forças sexuais de quem está parindo. São discutidos conceitos como espontaneidade, experiência e relações de poder-saber, além das transformações históricas das cenas de parto e dos efeitos da medicalização da vida. Metodologicamente, apresentam-se cenas de parto tomando como materialidade analítica uma composição de narrativas que reúnem a experiência das autoras e fragmentos memorativos articulados aos referenciais pesquisados. Compreender o parto como um evento coletivo atravessado por disputas implica defender a espontaneidade para que pessoas que parem ocupem um lugar de sujeito em suas experiências de nascimento.

PALAVRAS-CHAVE: Parto; Sexualidade; Maternidade; Experiência de vida.

The birthing experience: Seams between childbirth, sexuality(ies), and spontaneity

ABSTRACT

Based on a socionomic analysis, this study examines childbirth as a historical-social dispositif constituted by multiple discourses. It reflects on the relationships between childbirth, sexuality(ies), and spontaneity, understanding childbirth as a spontaneous-creative experience embedded in the sexual forces of the birthgiver. Concepts such as spontaneity, experience, and power-knowledge relations are discussed, along with historical transformations of birth scenes and the effects of the medicalization of life. Methodologically, birth scenes are presented using as analytical materiality a composition of narratives that bring together the authors' experience and memorial fragments articulated with the researched references. Understanding childbirth as a collective event shaped by disputes implies defending spontaneity so that birthing people can occupy the position of subjects in their own birth experiences.

KEYWORDS: Birth; Sexuality; Maternity; Life experience.

La experiencia de parir: Costuras entre parto, sexualidad(es) y espontaneidade

RESUMEN

A partir de un análisis socionómico, este estudio analiza el parto como un dispositivo histórico-social constituido por múltiples discursos. Reflexiona sobre las relaciones entre parto, sexualidad(es) y espontaneidad, comprendiendo el parto como una experiencia espontáneo-creadora inserta en las fuerzas sexuales de quien está dando a luz. Se discuten conceptos como espontaneidad, experiencia y relaciones de poder-saber, además de las transformaciones históricas de las escenas de parto y los efectos de la medicalización de la vida. Metodológicamente, se presentan escenas de parto tomando como materialidad analítica una composición de narrativas que reúnen la experiencia de las autoras y fragmentos memorativos articulados con los referentes investigados. Comprender el parto como un acontecimiento colectivo atravessado por disputas implica defender la espontaneidad para que las personas que dan a luz ocupen un lugar de sujeto en sus propias experiencias de nacimiento.

PALABRAS CLAVE: Parto; Sexualidad; Maternidad; Experiencia de vida.

1. Instituto de Desenvolvimento Humano – Pós-Graduação em Psicodrama – Porto Alegre (RS), Brasil.

2. Universidade Federal do Rio Grande do Sul  – Porto Alegre (RS), Brasil.

3. Universidade de Caxias do Sul  – Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu/UCS) – Caxias do Sul (RS), Brasil.

*Autora correspondente: pauladallacosta21@hotmail.com

Recebido: 05 jul. 2026 | Aceito: 06 ago. 2026

Editora de seção: Kim Boscolo 

INTRODUÇÃO

Eu me recordo de uma situação em que eu fui comprar pão e a barriga já estava bem aparente. E aí a moça da padaria olhou para mim, olhou para a barriga e fez um olhar bem, assim, estranho. Isso me atravessou de uma forma grande. E a gente quer mostrar que não precisa ser heterossexual e cis, homem cis e mulher cis, para ter uma família. No dia do nascimento, o carinho dos profissionais, o acolhimento, a segurança com a qual todo o procedimento foi conduzido apenas confirmaram esse sentimento. Foi um parto cercado de amor e respeito, um momento que jamais vamos esquecer (Cena de Parto 1, homem transgênero, Paraíba)¹.

Parir é experienciar um ato que é, a um só tempo, solidão e coro: uma vivência individual intransferível que reverbera o presente e o futuro de todos os corpos que já geraram, geram e gerarão vida no planeta. Como acontecimento socionômico, o nascimento convoca dimensões corporais, emocionais e simbólicas que ultrapassam o sujeito para reinscrevê-lo nos processos grupais de uma sociedade inteira, considerando seus territórios e condições geopolíticas, climáticas, ambientais, discursivas e não discursivas. O parto, frequentemente compreendido sob uma ótica estritamente fisiológica, constitui-se também como um acontecimento subjetivo, relacional e político. Um evento coletivo que atravessa a constituição de toda a humanidade.

Para Moreno (1993), o nascimento constitui o primeiro ato espontâneo do ser humano, compreendido não como um evento meramente biológico, mas como uma experiência inaugural de espontaneidade-criatividade, um acontecimento relacional e criador. Contudo, propomos ampliar essa compreensão ao considerar que o parto não se configura como experiência espontânea apenas para o bebê que nasce, mas também para a pessoa parturiente. Nesse processo, o corpo que gesta e dá à luz é convocado a produzir respostas intransferíveis diante de um momento intenso e imprevisível, mobilizando dimensões corporais, emocionais, relacionais e sexuais. Assim, analisaremos esse evento como um acontecimento em que espontaneidade e criatividade emergem não somente como atributos do nascimento do bebê, mas como expressão viva de um corpo que pare em estado de presença, mutação e conexão intensa com a sexualidade.

Vale ressaltar que há um posicionamento ao nos referirmos a corpos que gestam, na pluralidade dos sentidos que esta noção pode assumir, principalmente no reconhecimento de que não somente mulheres cisgênero engravidam e podem ser parturientes, mas também pessoas transgênero. Alguns estudos (Luckmann & Nardi, 2017; Schwengber & Meyer, 2011; Silva et al., 2019), a partir de uma perspectiva de gênero sob enfoque foucaultiano, atentam para como discursos científicos e normas sociais moldam (e sacralizam) a maternidade, transformando a gestação em um espaço de controle político e social que dita os modos de operar, atrelando maternidade a um corpo feminino ideal. Schwengber e Meyer (2011, p. 289) pontuam sobre a importância de “ressignificar as práticas sociais da maternidade, produzindo sujeitos generificados sob os pontos de vista político e social”.

A noção de espontaneidade também se torna central para esta análise, não somente para compreender o ato de parir, mas também como operador para ampliar as possibilidades de pensar em corpos parturientes. Compreendida como o princípio de toda criação (Moreno, 1993), a espontaneidade é “a presença transformadora de um corpo consciente, que percebe a realidade em ação e numa relação de unidade com o mundo” (Vieira, 2017, p. 65). Há uma aposta, assim, neste trabalho, de tomar o parto enquanto um acontecimento que convoca respostas singulares e conectadas a um saber do corpo, exigindo abertura ao imprevisível e disponibilidade para o que emerge no momento.

Sob a ótica socionômica, esses atravessamentos evidenciam que o nascimento não se restringe a uma vivência intrapsíquica ou isolada, mas se desdobra em uma matriz relacional. O parto configura-se, assim, em uma teia de processos grupais, em que redes de apoio, equipes de saúde e dinâmicas interinstitucionais modulam as possibilidades de presença e agência do corpo parturiente. Nesses termos, quando pensamos em parto, não há possibilidade de tomá-lo enquanto experiência individual, ainda que singular, sem pensar neste ato como algo que atravessa a constituição de todas as pessoas.

¹ Cena de parto do primeiro homem trans a ter um filho na rede pública da Paraíba. Ver em: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2026/06/29/quem-e-o-casal-com-primeiro-homem-trans-a-ter-um-filho-na-rede-publica-de-saude-da-pb.ghtml>.

Além disso, a noção de experiência é assumida, com base na concepção de Larrosa (2014, p. 26), como “encontro ou uma relação com algo que se experimenta, que se prova”. Esse encontro abre a possibilidade de constituir a parturiente como sujeito implicado na passagem do parir, compreendendo o parto como experiência e a experiência como território desse sujeito passional. Nessa perspectiva, a força do sujeito não se afirma pelo domínio do acontecimento, mas pela abertura ao que lhe acontece. Como afirma Larrosa (2014, p. 30): “O sujeito passional tem também sua própria força, e essa força se expressa produtivamente em forma de saber e em forma de práxis”.

Diante disso, este artigo propõe analisar o parto como um acontecimento espontâneo-criativo, articulando os conceitos de espontaneidade-criatividade e conserva cultural colonial (Vomero, 2022; Vomero & Nery, 2023, 2024) com perspectivas críticas acerca das relações de poder-saber, da colonialidade e das construções de gênero. Busca-se compreender como a potência espontânea do parto é tensionada por dispositivos de controle que regulam os corpos, produzindo efeitos sobre a experiência de parir.

A partir de um levantamento bibliográfico realizado na base de dados da *Revista Brasileira de Psicodrama* e utilizando as palavras-chave “parto” e “maternidade”, foram identificadas apenas duas publicações que abordam esses eixos temáticos. O mais antigo, publicado em 2017 e intitulado “Humanização na assistência obstétrica: o psicodrama como instrumento nos processos de aprendizagem”, apresenta relatos de uma experiência com *role playing* e sociodramas no desenvolvimento de equipes na assistência obstétrica em maternidades públicas de Recife, João Pessoa e Macapá (Azevêdo, 2017).

Dois anos após esta publicação, o artigo “Marcas da maternidade: do ventre para a vida toda” aborda questões referentes ao desenvolvimento infantil a partir do vínculo mãe-bebê (Forlin et al., 2019). No entanto, ao buscar nesta mesma base de dados a palavra-chave “sexualidade”, oito artigos foram encontrados; porém, nenhum deles entrelaçado nessas temáticas. Com isso, percebemos uma presença incipiente dessa discussão no campo psicodramático, especialmente por meio de reflexões que articulam o ato de parir e maternar com os temas da sexualidade e espontaneidade.

NOTAS METODOLÓGICAS

Sem saber o que fazer, eu não tinha qualquer pretensão de acertar. O único pedido implícito era à minha corporeidade: ela sabe o que eu não posso prever, ela me conduz a movimentos espontâneos que toda e qualquer lógica não dá conta de compreender. Meu corpo, minha entrega. E ali, em movimento, o tempo parou na dor. O instante adormeceu em mim e a dor fez morada naquilo que eu não sabia discernir: desejo de viver, ou definitivamente vou morrer? Era muito fácil confundir o desejo de morte com a aspiração pela passagem à vida, outra vez. Outra vez, porém, sem imaginar o que seria no ato. O infinito coube nessa passagem lenta. Parir sem qualquer pretensão de controle. Eu não poderia evitar aquilo que era da ordem do acontecimento para mim. Meu corpo gritava, cansado, exausto de tanto compor numa espécie de trama com o inesperado. A experiência de voltar a viver não mais com alguém em mim, mas de retornar à vida a partir daquilo que não podia mais negar: a fortaleza frágil de quem suportou o descontrole de entregar-se inteira à vida, mesmo que isso estivesse à espreita da morte (Cena de Parto 2, mulher branca cisgênero, Rio Grande do Sul).

Com base em uma análise sicionômica (Silva & Vomero, 2025), o parto é compreendido enquanto um dispositivo histórico-social, constituído por múltiplos discursos que compõem diferentes cenas de nascimento e formas de maternagem. Nessa perspectiva, a experiência de parir não se produz de maneira isolada, mas é continuamente configurada pelas relações e pelos grupos dos quais participamos, que transmitem valores, crenças, expectativas e modos de viver o nascimento.

Assim, as formas de experienciar o parto são atravessadas pelas matrizes socioculturais que sustentam determinadas práticas e narrativas sobre o corpo, a maternidade e a sexualidade. A partir da compreensão deste momento como historicamente atravessado por relações de poder, de saber, de regulamentações que ditam sobre quais corpos são considerados normais, pensaremos sobre as rupturas e articulações entre parto, sexualidade e espontaneidade.

Sendo assim, este artigo toma como referência produções que discutem os eixos temáticos do parto, da maternidade e da sexualidade, problematizando a relação entre esses marcadores e fundamentando-se em estudos foucaultianos que movimentam o pensamento por meio de um exercício genealógico (Guareschi et al., 2013; Hadler et al., 2019; Hüning & Guareschi, 2005) para analisar os efeitos das práticas obstétricas na regulação dos corpos e na constituição do dispositivo do parto. A mirada genealógica “busca dar visibilidade às condições de possibilidade que dão sustentação a certos jogos de força, problematizando, assim, a produção de lógicas lineares, unitárias e de constância das práticas” e seus discursos (Hadler et al., 2019, p. 5). Paralelamente, recorre-se aos estudos psicodramáticos contemporâneos já mencionados (Vomero, 2022; Vomero & Nery, 2023, 2024) para pensar o parto como uma experiência que atravessa sentidos de mundo, enquanto ação da ordem da espontaneidade e criação, na qual a pessoa que pare é convidada a construir respostas singulares diante de uma vivência intensa, imprevisível e que transcende sua dimensão estritamente biológica.

Como procedimentos metodológicos, este artigo apresenta cenas de parto tomando como materialidade analítica uma composição de narrativas nas quais se encontram a experiência e trajetória profissional da primeira autora enquanto psicóloga, psicodramatista em formação e doula, testemunhos vivenciais das demais autoras, bem como fragmentos memorativos que sobressaltam em afetos e sentidos de mundos por meio dos referenciais pesquisados.

Assim, desde o início desta escrita, as cenas são os fios condutores que a guiam. As cenas de parto são produções discursivas sobre experiências singulares de parir, pessoas trans, mulheres quilombolas, maternidades cisgênero: seis cenas de parto, seis territórios distintos que nos convocam a pensar a experiência de parir enquanto acontecimento. E deste ato pluralizado emergem dois processos que nos dão pistas para ressignificar a relação com o ato de parir: o primeiro que toma o parto enquanto dispositivo de sexualidades, e o segundo o entendendo enquanto experiência espontâneo-criadora.

O mosaico de vozes aqui representado é sustentado com os cuidados éticos propostos pela Resolução do Conselho Nacional de Saúde ao referir que não é necessário passar por análise em Comitês de Ética em Pesquisa “pesquisa que objetiva o aprofundamento teórico de situações que emergem espontânea e contingencialmente na prática profissional, desde que não revelem dados que possam identificar o sujeito” (Resolução n.º 510, 2016, p. 2). Nesses termos, as cenas de parto convocadas aqui tratam de narrativas públicas dos referenciais utilizados ou testemunhais das autoras desta escritura.

CENAS DE PARTO: O QUE AS COMPÕEM?

Cena de Parto 3, mulher quilombola, Alagoas:

A hora que viesse, eu só sei que ela só saía quando deixava já pronto lá tudo. Orientava, fazia movimento... é... faziam massagem na barriga, prá dá conforto, essas coisas... Também, ela ia fazer os procedimentos que hoje os médico faz. Era, o que assim, sempre ela pegava na barriga, olhava embaixo como era que vinha... que ela dizia, sempre ela dizia assim – olha tá corando – ela falava, mas a gente não sabia o que era – mas realmente já era pertinho... aí nascia... (Araujo, 2017, p. 156).

As cenas de parto produzidas ao longo do tempo são atravessadas por diferentes discursos, saberes e regimes de verdade, sendo incoerente dissociá-las de construções sócio-históricas, culturais, econômicas e geopolíticas. Nesse sentido, analisar o parto implica percorrer os modos como ele foi sendo significado desde a antiguidade até a contemporaneidade, evidenciando as transformações nas formas de assistir e compreender os corpos que parem, sendo as cenas de parto continuamente reorganizadas em resposta aos discursos ditos religiosos, científicos, políticos e culturais de cada época.

A compreensão desse percurso histórico requer um retorno às primeiras configurações culturais do nascimento. O ato de parir em culturas ancestrais, ainda que atravessado por processos sócio-históricos, econômicos, culturais e geopolíticos, apresenta um certo marcador comum: a relação com divindades femininas, produzindo uma cena de parto em que o nascimento era compreendido como um evento que articulava o humano com o sagrado. Os saberes sobre o nascimento circulavam, sobretudo, entre mulheres, e eram transmitidos de forma experiencial, compondo uma prática enraizada na vida comunitária (Diniz, 1997).

A partir da Idade Média, observa-se uma mudança importante marcada pela progressiva inserção do masculino em um espaço até então predominantemente feminino. Em um contexto social fortemente estruturado por relações hierárquicas de gênero, a centralidade atribuída ao homem na organização social passa a se expressar também na assistência ao parto. Esse movimento intensifica-se com a institucionalização da medicina, produzindo um deslocamento de gênero na assistência ao parto: um campo historicamente protagonizado por mulheres passa a ser progressivamente apropriado pelos homens detentores do saber científico, enquanto os conhecimentos das parteiras são marginalizados e desqualificados (Palharini & Figueirôa, 2018).

O período chamado “caça às bruxas” pode ser compreendido como uma estratégia política articulada entre Estado e Igreja, que visava o controle e a monopolização dos saberes sobre o corpo e a reprodução. Federici (2017, p. 338) pontua que “a caça às bruxas não só santificava a supremacia masculina, como também induzia os homens a temer as mulheres e até mesmo a vê-las como destruidoras do sexo masculino”. Nesse processo, saberes femininos e populares foram deslegitimados, abrindo espaço para a consolidação de um modelo centrado na autoridade institucional, colonial e patriarcal.

Com a queda do saber acumulado pelas parteiras, passando a ser visto como prática clandestina e perigosa, uma reorganização profunda ocorre nas cenas de parto. A transição do saber religioso para o saber médico altera a lógica de compreensão do fenômeno; anteriormente visto como um desígnio divino pelo pecado original, agora, o sofrimento que a mulher tinha passava a pertencer à sua natureza (Diniz, 1997). “Agora a mulher é descrita não mais como culpada que deve expiar, mas como vítima da sua natureza, sendo papel do obstetra antecipar e combater” (Diniz, 2005, p. 628) os perigos do parto vaginal, patologizando essa ação espontânea. Sua condução passa a ser orientada pela lógica da prevenção e do controle, legitimando a adoção de procedimentos cada vez mais padronizados.

Nesse contexto, as contribuições de Foucault (1982) permitem compreender a medicalização como parte de um processo mais amplo de regulação dos corpos. Para o autor, o controle social opera diretamente sobre o corpo, constituindo-o como alvo de intervenções políticas: “O controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo. [...] O corpo é uma realidade bio-política. A medicina é uma estratégia bio-política” (Foucault, 1982, p. 47).

No caso do parto, essa lógica se expressa na construção do corpo grávido como potencialmente inadequado, o que justificaria a necessidade de sua condução por meio do saber médico. Isso significa dizer, como Mauadie et al. (2022, p. 5) pontuam, que “sob o argumento de segurança no parto, o hospital emerge como um espaço privilegiado no qual os profissionais se utilizam de regras, saberes e práticas para controlar o corpo das mulheres”.

O manejo do processo de parir torna-se, assim, progressivamente mais mensurável, previsível e controlado (Diniz, 1997), configurando uma cena de parto marcada pela institucionalização, tecnificação e centralidade da intervenção, ampliando-se o uso da cesariana não apenas como recurso necessário, mas como prática incorporada ao modelo assistencial. Com isso, o momento do parto passa a ser organizado em torno de protocolos que, embora orientados pela segurança, podem limitar a expressão da singularidade e da espontaneidade do corpo que pare.

Sobretudo no século 20, há a retomada do parto enquanto um ato que pode ser compreendido também em sua dimensão sexual, perspectiva que tensiona as lógicas de controle historicamente instituídas. Ao reconhecer a emergência de estados de transe e êxtase durante o parto, abre-se espaço para compreender o nascimento como uma experiência que ultrapassa os limites do modelo biomédico, convocando outras formas de saber, sentir e habitar o corpo (Carneiro, 2013).

Parto enquanto dispositivo de sexualidades

Debaixo do chuveiro, a água quente escorria pelo meu corpo nu. Meus olhos revirados denunciavam um estado de entrega que se manifestava em gemidos, respiração profunda e movimentos espontâneos entre uma contração e outra. Meu útero contraía enquanto, paradoxalmente, eu me abria. Sentia meu corpo vaziar por todos os poros: sangue, suor, leite e lágrimas. Como num transbordar, minhas fronteiras se dissolviam, assim como na experiência de um orgasmo. Dor e prazer deixaram de ocupar polos opostos e passaram a coexistir em uma mesma tessitura sensível. Nesse processo, meu corpo parecia partir-se em dois – não como ruptura, mas como passagem irreversível. Faço das palavras de Adélia Prado as minhas: “o nascimento é uma travessia: de um corpo para o mundo” (Cena de Parto 4, mulher branca cisgênero, Rio Grande do Sul).

Falar sobre parto, maternidade e sexualidades é falar sobre aberturas, rupturas de conservas e criação. Afinal, como colocam Vomero e Nery (2023, p. 6), “corpos com útero carregam historicamente conservas coloniais que bloqueiam a espontaneidade-criatividade”. Nesse contexto, torna-se fundamental olhar para o parto como um território de força sexual e potência criadora, compreendendo a sexualidade não apenas em sua dimensão reprodutiva, mas enquanto energia vital e criativa. Assim, o vemos enquanto um acontecimento espontâneo-criativo, no qual um corpo não apenas dá à luz, mas também se recria.

As primeiras compreensões do parto enquanto ato sexual (Luz, 2017) ocorrem no início do século 21, a partir da compreensão médica dos processos fisiológicos e cerebrais, que demonstram grande semelhança entre sexo e nascimento quando em ambos há a ação predominante do cérebro primitivo sobre o neocórtex, além dos mesmos hormônios envolvidos, mesmas necessidades emocionais e semelhança na experiência de êxtase no corpo. Autoras como Silva e Santos (2021) e Rivas et al. (2024) nos convocam para um olhar decolonial sobre este aspecto. Diferente de uma autoria médica, eurocêntrica e cis-masculina, estas autoras propõem uma releitura do parto de acordo com a relação com os saberes tradicionais de territórios originários. Nesses estudos, as autorias falam de geografias femininas e de parir enquanto movimento de resistência às colonialidades.

Importante ressaltar neste ponto que não se trata de uma ode a um modelo idealizado de parto ou posicionamento contrário aos procedimentos cesáreos, mas a um resgate do desejo da pessoa parturiente sobre seu corpo, que pode incluir ou não procedimentos médico-hospitalares, e que atenta acima de tudo para um encontro com um corpo em movimento e força.

Ao pensarmos na dança “contração-expansão” inerente ao ato de parir, nos deparamos com uma correlação de forças entre polos que não se configuram como opostos excludentes, mas como dimensões coexistentes e complementares da experiência humana. A cada contração, o corpo se enrijece e, paradoxalmente, também se abre; há simultaneamente rigidez e entrega, resistência e fluidez. Nesse processo, o parto revela uma dinâmica corporal que escapa às lógicas dicotômicas tradicionais, sustentando-se justamente na coexistência entre movimentos aparentemente contraditórios.

De modo semelhante, muitas pessoas que parem descrevem a sensação de dor e prazer não como vivências antagônicas, mas como sensações que se atravessam mutuamente nessa experiência. Casilda Rodríguez Bustos, em seu livro *Pariremos com prazer*, nos apresenta estudos referentes a essa temática, sendo um dos motivos de aumento de dor no parto a grande distância das pessoas com o prazer, não apenas orgásmico, mas aquele vivido de inúmeras formas no corpo (Bustos, 2020).

O corpo que pare experimenta limites, transbordamentos e estados alterados de consciência que aproximam o parto da dimensão da sexualidade. Elementos como nudez, gemidos, gritos, suor, afeto, calor e intensificação das sensações corporais, frequentemente associados ao ato sexual, também se fazem presentes no parto. A abertura do corpo ao outro, característica da relação sexual, encontra ressonância no momento de dar à luz, configurando-se como um gesto de passagem e de oferta de espaço ao nascimento de um outro corpo.

Ao longo da trajetória de dez anos de atuação da primeira autora como doula, sendo esta a profissional que dá suporte físico e emocional às pessoas e famílias que passam pela experiência da gestação, parto e puerpério (Duarte, n.d.), é possível trazer o testemunho de um papel que se reconhece enquanto um lugar de âncora e pilar de sustentação, em que se observou o quanto a presença de uma pessoa de confiança e de um vínculo seguro gera uma abertura significativa da pessoa que está parindo. Nesse lugar de guardião de um ritual íntimo e familiar, foi possível sentir que, quanto mais segurança, mais entrega; quanto mais respeito à individualidade e ao espaço íntimo do nascimento, mais liberdade de expressão e de movimentos – transformando, assim, a dor insuportável em tolerável e, até mesmo, em experiência prazerosa.

Importante aqui salientarmos as formas plurais de expressão das sexualidades e corpos desejantes, que se expressam, desejam e experienciam seu corpo de inúmeras formas. Assim como as sexualidades são múltiplas, singulares e atravessadas por diferentes experiências, histórias e contextos socioculturais, o parto também se manifesta em forma plural na experiência humana. Há quem silencie, há quem expresse gemidos; quem encontre força no movimento, quem prefira a quietude.

Essas diferentes manifestações não representam desvios de um modelo ideal, mas expressões legítimas da singularidade de cada pessoa que pare. No entanto, a lógica biomédica, ao estabelecer protocolos rígidos e expectativas normativas sobre como um parto “adequado” deve acontecer, tende a reduzir essa multiplicidade a um roteiro previamente definido. Ao fazê-lo, não apenas restringe a espontaneidade do nascimento, mas também limita a livre expressão da sexualidade que atravessa esse acontecimento, produzindo silenciamentos sobre gestos, sons, movimentos e afetos que emergem do corpo em trabalho de parto.

De forma provocativa, fazemos ressoar as seguintes reflexões: ao compreendermos o parto como um evento pleno de sexualidade, o que isso implicaria na conduta dos profissionais que o assistem? Como seria se instrumentalizássemos o sexo da mesma forma que instrumentalizamos o parto? Calar o grito, os gemidos, silenciar a voz da pessoa que está parindo não seria um verdadeiro silenciamento de toda sexualidade que envolve esse momento?

Para Foucault (1982), há grande ligação entre sexualidade, poder e saber. Falar sobre sexualidade é transgressão. Nessa direção, as contribuições de Federici (2017) permitem compreender o controle sobre os corpos femininos como parte de um processo histórico mais amplo de disciplinarização da sexualidade e da reprodução. Ao analisar o período da transição para o capitalismo, a autora evidencia como a sexualidade das mulheres foi progressivamente regulada, ao mesmo tempo que seus corpos passaram a ser controlados enquanto instrumentos de reprodução da força de trabalho.

Nesse contexto, práticas que envolvem prazer, autonomia e saberes corporais foram sistematicamente reprimidas ou deslegitimadas. Assim, ao pensar o parto como um evento atravessado pela sexualidade, torna-se possível evidenciar que sua medicalização não diz respeito apenas à segurança, mas também à regulação de corpos historicamente produzidos como territórios de controle. Sob essa perspectiva, o silenciamento dos sons, movimentos e expressões do corpo no parto pode ser compreendido como parte de uma lógica mais ampla de contenção da sexualidade, na qual o corpo que pare deve ser disciplinado, controlado e conduzido segundo normas socialmente estabelecidas.

Desse modo, a regulação da sexualidade no parto opera por meio de processos grupais que ultrapassam a sinonímia de coletividade, mas vocalizam regimes de verdade e relações de poder de uma determinada época (Haugaard, 2022; Martins, 2003). Nessa dimensão, são definidos modos de existência válidos, assinalando quais manifestações corporais e sexuais são aceitas e quais devem ser disciplinadas. Assim, há processos voltados para determinados grupos que funcionam como vetores que demandam assujeitamento e conformidade a uma performance “normal” do parir.

Parto enquanto experiência espontâneo-criadora

Senti meu corpo sendo atravessado por todos os sentimentos do mundo. Mesmo com raiva, medo e insegurança, fui até o fim. Me muni dos resquícios de coragem que me escorriam pelas mãos e enfrentei minhas sombras. Apesar das dores, ali, com essas pessoas, eu estava segura (Cena de Parto 5, mulher branca cisgênero, Rio Grande do Sul).

A experiência do parto é um fenômeno complexo e multifacetado que torna inviáveis definições simplistas. Anterior à proposição do que seja o modo de conceber a experiência, cabe dizer, primeiramente, que é preciso adotar uma postura cautelosa ao “fazer da experiência um conceito” (Larrosa, 2014, p. 42). Essa afirmação não somente revela o lugar de incerteza que há na concepção, como também nos aponta para uma constante vigília acerca da elaboração conceitual do termo.

Portanto, a experiência é, ao contrário de uma matriz conceitual fechada, um conceito que se transforma com os diferentes nascimentos dos acontecimentos humanos, ou seja, a partir da relação direta com a própria vida. É nessa direção que compreendemos a experiência diretamente atrelada ao parto: como um ato espontâneo e criador da pessoa parturiente.

Ao admitir que a noção de experiência não está totalmente determinada, recorre-se a Larrosa, que, sob uma perspectiva pedagógica, identifica elementos que a desconstituem. São eles:

- A informação: o excesso de informação “não deixa lugar para a experiência”, constituindo quase “uma antiexperiência” (Larrosa, 2014, p. 18). Assim, informações e modelos idealizados de parto não substituem a experiência singular de parir.
- A opinião: convertida em “um imperativo” (Larrosa, 2014, p. 20), favorece julgamentos automáticos que pouco contribuem para uma experiência espontânea.
- A escassez de tempo: a aceleração inviabiliza “a conexão significativa entre acontecimentos” (Larrosa, 2014, p. 22). No parto, acelerar um processo cuja duração escapa ao padrão cronológico pode romper sua continuidade experiencial.
- O excesso de trabalho: o trabalho constitui o “inimigo mortal” da experiência (Larrosa, 2014, p. 24). Embora se utilize a expressão “trabalho de parto”, o termo refere-se ao esforço implicado no ato de parir, e não à lógica moderna da produção. Assim, a exigência de agir e controlar, intensificada pelas intervenções obstétricas, impede a abertura passiva requerida pela espontaneidade do parto.

Nesse horizonte disruptivo que o autor nos explicita a desconstituição da experiência, temos a conceituação da palavra que é abordada pelo autor a partir do prefixo *ex* de “exterior, de estrangeiro, de exílio, de estranho e também o *ex* de existência” (Larrosa, 2014, p. 27). Cada um desses sentidos ressoa na experiência do parto. Ela se abre ao exterior, ao que não se limita ao controle e à familiaridade; coloca a parturiente diante de um estranho (e vice-versa) que é, ao mesmo tempo, íntimo; remete à condição daquele que ainda não pertence plenamente àquele espaço-tempo, mas que está em vias de nele ingressar; e constitui, por fim, uma passagem para a existência, tanto do recém-nascido quanto da pessoa parturiente, que, ao parir, também atravessa uma transformação de si.

E, nesse sentido, Larrosa (2014, p. 27) afirma: “A experiência é a passagem da existência, a passagem de um ser que não tem essência ou razão ou fundamento, mas que simplesmente ‘ex-iste’ de uma forma sempre singular, finita, imanente, contingente”. Aqui mostra-se uma maneira de compreendermos o parto como experiência implicada na *ex-istência* tanto da pessoa que pare quanto da vida que nasce. Ao mesmo tempo que uma nova existência se inaugura, outra se reconfigura, ambas abertas ao sentido do *ex* como movimento de saída, de exposição e de abertura ao imprevisível. É nesse duplo movimento que o parto se constitui como uma experiência espontâneo-criadora. Em outras palavras, o parto não é um ato individual da pessoa parturiente, mas está direta e intimamente amalgamado na relação passível e imprevisível que, ainda assim, busca consonância de si em meio ao processo de transformação. Assim, é possível afirmar que:

Em qualquer caso, seja como território de passagem, seja como lugar de chegada ou como espaço do acontecer, o sujeito da experiência se define não por sua atividade, mas por sua passividade, por sua receptividade, por sua disponibilidade, por sua abertura (Larrosa, 2014, p. 25-26).

É nessa direção que o parto enquanto experiência espontâneo-criadora deixa de ser considerado exclusivamente de modo ativo ou passivo. Não há como concebê-lo somente como uma via ativa, entendida como a apropriação do nascimento pela ação de parir, tampouco como via reduzida à permissibilidade de entrega do próprio corpo. À experiência cabe, antes de

tudo, sua dimensão receptiva, como “território de passagem”, marcada pela abertura, pela disponibilidade e pela exposição ao acontecimento. Essa receptividade, contudo, não corresponde à inatividade, mas constitui a condição a partir da qual também se torna possível uma participação singular no próprio acontecimento do parto.

Diante disso, a espontaneidade se apresenta como uma dimensão constitutiva que implica na experiência do parto. Seu estado de produção volta-se a fim de direcionar forças para ampliar as possibilidades da experiência do parto. Nesse sentido, a “espontaneidade é (ou não) disponível em graus variáveis de acesso imediato, desde zero ao máximo, operando como um catalisador psicológico [...] apontando-lhe que emoções, pensamentos e ações são mais apropriados” (Moreno, 1993, p. 136). É nesse contexto que frequentemente se encontram as pessoas envolvidas na cena do parto, diante de diferentes graus de disponibilidade para a espontaneidade, capazes tanto de favorecer quanto de restringir a emergência da experiência.

Se a experiência exige tempo, espaço, entrega e disponibilidade para que sejamos afetados pelo que nos acontece, torna-se pertinente questionar em que medida as atuais formas de organização da assistência obstétrica favorecem ou impedem a possibilidade dessa experiência. Em um contexto marcado pela aceleração dos processos, pela padronização das condutas e pela crescente medicalização do nascimento, muitas vezes não há tempo para sentir, escutar, esperar ou sustentar a imprevisibilidade própria do parto, que é frequentemente capturado pela lógica da produtividade, da intervenção e do controle patriarcal e colonial.

Conforme Vieira (2017), a teoria moreniana buscou construir um modelo teórico/prático que promovesse a ruptura de padrões de comportamento estereotipados e a transformação das formas sociais aprisionadoras. Para o autor, a sociedade passou a atribuir maior valor aos produtos acabados dos processos criativos e às conservas culturais, em detrimento da própria potência criadora. Como consequência, a espontaneidade e a criatividade humanas tendem a ser restringidas, favorecendo a repetição de padrões já instituídos em lugar da produção de respostas novas e transformadoras.

Diante disso, cabem-nos os questionamentos: o que acontece com a espontaneidade do parto quando os corpos são regulados por lógicas disciplinares e conservas culturais? Quais são os corpos mais afetados pela cristalização dessas práticas? Quem são as pessoas que podem pensar, desejar e acessar um parto mais espontâneo-criador? Essas questões exigem uma análise atenta às interseções de raça, classe, gênero e territorialidade, compreendendo que as possibilidades de escolha e de protagonismo no parto não se distribuem de maneira homogênea. Ao racializar e situar socialmente essa discussão, reconhecemos que os efeitos dos dispositivos que regulam o nascimento incidem de formas distintas sobre diferentes corpos.

Em um país onde violências como racismo, misoginia, LGBTfobia e tantas outras são tão presentes, cabe-nos ressaltar o quanto a violência obstétrica permanece altamente prevalente. Dados da pesquisa *Nascer no Brasil*, recentemente realizada no Rio de Janeiro, em 2025, apontam que 65,3% das mulheres entrevistadas relataram ter sofrido ao menos uma forma de violência obstétrica durante o parto (Leite et al., 2025), sendo que mulheres negras vivenciam essa violência de maneira atravessada pelo racismo estrutural e institucional (Santana et al., 2024).

Leal et al. (2017) apontam que mulheres negras apresentam mais de 60% de chance de terem um pré-natal desassistido, mais de 20% de desvinculação quanto aos processos de maternagem, 67% de ausência de pessoas acompanhantes no parto e 33% de buscas exaustivas a diferentes equipamentos de saúde para assistência e realização do parto. Sob uma perspectiva sociônômica, essas desigualdades não constituem apenas experiências individuais, mas expressam configurações relacionais e sociais cristalizadas, nas quais conservas culturais patriarcais, racistas e cis-heteronormativas limitam a espontaneidade dos sujeitos (Berquó, 2025) diante do nascimento.

A partir disso, compreendemos o nascimento também como um evento político, no qual marcadores como raça, gênero e classe revelam o quanto as pessoas que parem nitidamente não possuem as mesmas possibilidades de vivê-lo com igual protagonismo, espontaneidade e, por conseguinte, enquanto experiência na formação de suas vidas. Os modos como determinados corpos são historicamente produzidos e regulados influenciam diretamente as experiências de gestar, parir e maternar. Nesse sentido, a espontaneidade não é pensada apenas como uma capacidade individual, mas como uma potência que emerge ou é restringida pelas condições sociais, relacionais e institucionais que atravessam a cena do nascimento.

A produção do sujeito parturiente insere-se, portanto, em processos grupais atravessados por verdades construídas socialmente sobre como gestar, parir e maternar. Ao prescreverem condutas e padrões normalizadores, esses processos subjetivam e capturam a potência do nascimento. Tais processos são sustentados por conservas culturais coloniais (Vomero, 2022) que, ao reproduzirem hierarquias raciais, de gênero e epistemológicas, legitimam determinados modos de existir e desqualificam outros, restringindo tanto o reconhecimento da pluralidade dos corpos quanto a legitimidade de diferentes saberes relacionados a parir.

Entretanto, é também na fissura desses enunciados coletivos que a espontaneidade emerge como força de resistência e criação de novos modos de existência, na qual a multiplicidade das cenas de parto abertas aqui possibilita “reconhecer as tensões, violências e os privilégios”, nos mobilizando para a “coconstrução de outras formas de convivência, pautadas na equidade e no respeito” (Hadler et al., 2025, p. 3). Afinal, compreender o parto com base em uma perspectiva decolonial implica reconhecer que a ruptura com essas conservas culturais coloniais constitui também uma condição para a emergência de experiências de nascimento mais espontâneas, plurais e inclusivas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O quarto estava em meia-luz. O coração batia em plural. Um fragmento de memória para a violência do primeiro parto: trinta e seis horas de bolsa rota. A pessoa de jaleco fino dizia que aquilo não era dor. A opção pela faca era lida pela médica como o fracasso de um corpo que não havia tentado o suficiente. Outro lampejo, agora acionado pela mão sensível daquela que acompanhava uma nova vinda. Haviam quatro mulheridades ali: quem recebia o parto, quem cabulava a dor, aquela que paria, aquela que nascia. O toque de testa com testa, olhos fechados enquanto a anestesia fazia certo efeito. Da cicatriz aberta anterior, agora vinha vida que curava a ferida do medo. A pele se abria em sete camadas: pele, tecido, músculo, peritônio, útero, saco amniótico. E água se fez jorrar mesa abaixo, pelas mãos de quem me acolhia. E um chorinho sensato, como se espera de quem tem ar respirado pela primeira vez, se fez. Ao peito aquele pequeno ser foi entregue, e a hora dourada aconteceu, ali mesmo na maca quentinha por tantas mãos. Enquanto o toque dos fios costurava o sorriso em baixo ventre, a menina mamava e as lágrimas escorriam. O arrepio inesquecível da ponta dos dedos até os sentidos da pele adormecida em êxtase (Cena de Parto 6, mulher branca cisgênero, Rio Grande do Sul).

O parto e as pessoas parturientes são da ordem da poesia; não cabem em padrões e carregam em si a potência artística de gerar vida. Protagonismos recuperados em contrapartida às tentativas de padronização; existência gestante enquanto força política que interrompe automatismos e desafia conservas culturais e coloniais a fim de recuperar o nascimento humano como um evento de encontro, potência e criação.

Ao tomarmos o parto enquanto cena histórico-social, produzida por diferentes saberes e práticas, é possível evidenciar como os modos de nascer são constituídos por disputas em torno dos corpos, da maternidade, da sexualidade e do próprio significado atribuído ao nascimento. Refletir sobre o parto, portanto, implica reconhecer tanto os mecanismos de controle que operam sobre os corpos quanto as possibilidades de criação, resistência e transformação que podem emergir no encontro entre quem pare, quem acompanha e os contextos em que o nascimento acontece.

Diante disso, este trabalho propõe sustentar a pergunta “em que condições um parto espontâneo-criador pode tornar-se possível?” como um convite ético-político diante de um sistema capitalista e cis-heteropatriarcal. Pensar o parto como experiência a partir da espontaneidade implica defender as condições que permitem às pessoas que parem ocupar um lugar de protagonismo em suas próprias cenas de nascimento, reconhecendo seus saberes corporais, seus desejos, seus tempos e suas singularidades.

Afinal, compreender o parto sob a ótica socionômica exige tomá-lo em sua dupla dimensão, indissociavelmente individual e coletiva. Como matriz relacional, o parto nunca é um ato isolado: ele conecta o corpo parturiente a uma teia presente e futura de sujeitos que vivenciaram e vivenciarão o nascimento no planeta. Reconhecer essa dimensão de grupalidade, articulando a ancestralidade do gestar, as redes de apoio, as equipes de saúde e a própria humanidade como um grupo em permanente devir, permite resgatar o parto como um território compartilhado de afeto e resistência, no qual a espontaneidade de corpos que reverberam no coletivo restitui ao nascimento o seu estatuto de acontecimento político e comunitário.

CONFLITO DE INTERESSE

Nada a declarar.

DECLARAÇÃO DE USO DE FERRAMENTAS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Durante a preparação deste trabalho, as autoras utilizaram a ferramenta ChatGPT versão GPT-5.5 em julho de 2026 para revisão linguística e leitura assistida de resumos. Após o uso desta ferramenta, as autoras revisaram e editaram o conteúdo conforme necessário e assumem total responsabilidade pelo conteúdo da publicação.

CONTRIBUIÇÃO DAS AUTORAS

Conceitualização: Siqueira PDC, Hadler OH, Zucco AKS; **Metodologia:** Siqueira PDC, Hadler OH, Zucco AKS; **Análise formal:** Siqueira PDC, Hadler OH, Zucco AKS; **Investigação:** Siqueira PDC, Hadler OH, Zucco AKS; **Aprovação final:** Siqueira PDC.

DISPONIBILIDADE DE DADOS DE PESQUISA

Todos os dados foram apresentados no artigo.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

AGRADECIMENTOS

Como autora principal, agradeço a todas as mulheridades que vi parir ao decorrer desses dez anos como doula. A vocês, minha eterna veneração e apreço. Em cada nascimento que presenciei, vi o universo renascer e, por consequência, minha própria existência e fé na vida.

REFERÊNCIAS

- Araujo, S. T. (2017). *O parto de mulheres quilombolas: contribuição para o cuidado de enfermagem na perspectiva de Madeleine Leininger* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Alagoas]. Repositório Institucional da Ufal. <https://www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/2488>
- Azevêdo, A. C. C. (2017). Humanização na assistência obstétrica: o psicodrama como instrumento nos processos de aprendizagem. *Revista Brasileira de Psicodrama*, 25(2), 100-106. <https://revbraspsicodrama.org.br/rbp/article/view/196>
- Berquó, M. L. C. (2025). Violência de gênero e psicodrama: revisão integrativa da Revista Brasileira de Psicodrama. *Revista Brasileira de Psicodrama*, 33, e1725. <https://doi.org/10.1590/psicodrama.v33.709>

- Bustos, C. R. (2020). *Pariremos com prazer*. Luas.
- Carneiro, R. G. (2013). Daquilo que os médicos quase não falam: transe e êxtase na cena de parto: experiências e percepções dissidentes de saúde e de bem-estar na contemporaneidade. *Ciência & Saúde Coletiva*, 18(8), 2369-2378. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232013000800021>
- Diniz, C. S. G. (1997). *Assistência ao parto e relações de gênero: elementos para uma releitura médico-social* [Dissertação de mestrado]. Universidade de São Paulo.
- Diniz, C. S. G. (2005). Humanização da assistência ao parto no Brasil: os muitos sentidos de um movimento. *Ciência & Saúde Coletiva*, 10(3), 627-637. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232005000300019>
- Duarte, A. C. (n.d.). O que é “Doula”. *Doulas do Brasil*. <https://www.doulas.com.br/oque.php>.
- Federici, S. (2017). *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva* (Coletivo Sycorax, Trad.). Elefante.
- Forlin, K. A., Castro, A., Alberton, N. V. B., & Fernandes, F. S. (2019). Marcas da maternidade: do ventre para a vida toda. *Revista Brasileira de Psicodrama*, 27(2), 186-198. <https://revbraspsicodrama.org.br/rbp/article/view/11>
- Foucault, M. (1982). *Microfísica do poder* (3a ed.). Graal.
- Guareschi, N., Reis, C., Azambuja, M. A., & Hüning, S. M. (2013). Descontinuidades na história da produção do conhecimento em Psicologia Social brasileira. *Athenea Digital*, 13(3), 149-157. <https://doi.org/10.5565/rev/athenead/v13n3.1097>
- Hadler, O. H., Guareschi, N. M. F., & Galeano, G. B. (2019). A produção da delinquência e sua objetificação pela psicologia. *Athenea Digital*, 19(1), e2230. <https://doi.org/10.5565/rev/athenea.2230>
- Hadler, O. H., Silveira, A. P., Oliveira, D. R., Vidal, G. P., Vieira, É. D., Bruhn, M. M., Vidal, M. O., & Bulos, D. O. (2025). Apresentação – Dossiê temático: práticas antirracistas em processos grupais. *Revista Brasileira de Psicodrama*, 33, 1-4. <https://doi.org/10.1590/psicodrama.v33.753>
- Haugaard, M. (2022). Foucault and power: a critique and retheorization. *Critical Review*, 34(3/4), 341-371. <https://doi.org/10.1080/08913811.2022.2133803>
- Hüning, S. M., & Guareschi, N. M. F. (2005). Problematizações das práticas psi: articulações com o pensamento foucaultiano. *Athenea Digital*, (8), 95-108. <https://doi.org/10.5565/rev/athenea.221>
- Larrosa, J. (2014). *Tremores: escritos sobre a experiência*. Autêntica.
- Leal, M. C., Gama, S. G. N., Pereira, A. P. E., Pacheco, V. E., Carmo, C. N., & Santos, R. V. (2017). A cor da dor: iniquidades raciais na atenção pré-natal e ao parto no Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 33(Supl. 1), e00078816. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00078816>
- Leite, T. H., Marques, E. S., Leal, M. C., Domingues, R. M. S. M., Nakamura-Pereira, M., Theme, M. M., Fa., Baldisserotto, M. L., Caetano, K. C., Carvalho, T. D. G., Fernandes, F. F., Costa, R. M., Chiavazzoli, A., & Mesenburg, M. A. (2025). Violência obstétrica no estado do Rio de Janeiro: Pesquisa Nascer no Brasil II. *Revista de Saúde Pública*, 59(S1), e6s. <https://doi.org/10.11606/s1518-8787.2025059006536>
- Luckmann, F., & Nardi, H. C. (2017). Um corpo (des)governado: hierarquias de gênero, governamentalidade e biopolítica. *Revista Estudos Feministas*, 25(3), 1239-1255. <https://doi.org/10.1590/1806-9584.2017v25n3p1239>
- Luz, L. (2017). Sexualidade e parto: em busca do elo perdido. *Cronos*, 18(2), 128-140. <https://doi.org/10.21680/1982-5560.2017v18n2ID14228>
- Martins, S. T. F. (2003). Processo grupal e a questão do poder em Martín-Baró. *Psicologia & Sociedade*, 15(1), 201-217. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822003000100011>
- Mauadie, R. A., Pereira, A. L. F., Prata, J. A., & Mouta, R. J. O. (2022). Práticas discursivas acerca do poder decisório da mulher no parto. *Interface (Botucatu)*, 26, e220103. <https://doi.org/10.1590/interface.220103>
- Moreno, J. L. (1993). *Psicodrama*. Cultrix.

- Palharini, L. A., & Figueirôa, S. F. M. (2018). Gênero, história e medicalização do parto: a exposição “Mulheres e práticas de saúde”. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, 25(4), 1039-1061. <https://doi.org/10.1590/S0104-59702018000500008>
- Resolução n.º 510, de 7 de abril de 2016. (2016). *Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana, na forma definida nesta Resolução*. Conselho Nacional de Saúde. <https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/atos-normativos/resolucoes/2016/resolucao-no-510.pdf/view>
- Rivas, R. S. J., Martins, F. M., & Schweickardt, J. C. (2024). Decolonizando as cenas do parto. In *Anais do 16º Congresso Internacional da Rede Unida* (Vol. 10, Supl. 2, pp. 63-64). Associação Rede Unida. <https://doi.org/10.18310/2446-48132024v10nsup2>
- Santana, A. T., Couto, T. M., Lima, K. T. R. S., Oliveira, P. S., Bomfim, A. N. A., Almeida, L. C. G., & Rusmando, L. C. S. (2024). Racismo obstétrico, um debate em construção no Brasil: percepções de mulheres negras sobre a violência obstétrica. *Ciência & Saúde Coletiva*, 29(9), e09952023. <https://doi.org/10.1590/1413-81232024299.09952023>
- Schwengber, M. S. V., & Meyer, D. E. (2011). Discursos que (con)formam corpos grávidos: da medicina à educação física. *Cadernos Pagu*, (36), 283-314. <https://doi.org/10.1590/S0104-83332011000100011>
- Silva, C. C., & Santos, B. (2021). Reflexões teóricas da geografia feminista decolonial sobre as espacialidades coloniais reprodutoras do controle social do corpo feminino durante o parto. *Terra Livre*, 2(57), 190-225. https://doi.org/10.62516/terra_livre.2021.2290
- Silva, F. C., Souza, E. M. F., & Bezerra, M. A. (2019). (Trans)tornando a norma cisgênera e seus derivados. *Revista Estudos Feministas*, 27(2), e54397. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2019v27n254397>
- Silva, P. R. A., & Vomero, L. S. Z. (2025). Sociodrama na visibilidade trans: estimulando o protagonismo identitário. *Revista Brasileira de Psicodrama*, 33, e0925. <https://doi.org/10.1590/psicodrama.v33.693>
- Vieira, E. D. (2017). O psicodrama e a pós-modernidade: espontaneidade como via de resistência aos poderes vigentes. *Revista Brasileira de Psicodrama*, 25(1), 59-67. <https://revbraspsicodrama.org.br/rbp/article/view/164>
- Vomero, L. S. Z. (2022). Decolonizando o conceito de reconhecimento (Eu-Tu). *Revista Brasileira de Psicodrama*, 30, e1422. <https://doi.org/10.1590/psicodrama.v30.576>
- Vomero, L. S. Z., & Nery, M. P. (2023). Uterodrama: descolonizando corpo e menstruação. *Revista Brasileira de Psicodrama*, 31, e1023. <https://doi.org/10.1590/psicodrama.v31.597>
- Vomero, L. S. Z., & Nery, M. P. (2024). Escola da anarquia: psicodrama e letramento LGBTQIA+ e racial. *Revista Brasileira de Psicodrama*, 32, e0824. <https://doi.org/10.1590/psicodrama.v32.660>